



DE: Professores do Curso de História da UFSJ
PARA: DIREÇÃO DA ANPUH/MG

São João Del Rei, 15 de fevereiro de 2016.

Professores do curso de História reunidos nesta data para debater a Base Nacional Comum Curricular da área de História, em atendimento à solicitação da ANPUH-MG, concluíram que o referido documento apresenta problemas estruturais gravíssimos abaixo referidos:

- A) O cerne transformador da proposta é a crítica ao “quadripartite francês”. Chega-se a propor a problematização “[d]as diferentes formas de periodização dos processos históricos”, mas não se indica nenhuma outra. A ruptura redundando numa distribuição arbitrária, caótica e fragmentada, orientada por uma mal explicada compreensão presentista. Não há uma proposta efetivamente alternativa para o trabalho com a temporalidade, malgrado as muitas pesquisas sobre a questão que se consolidaram especialmente na última década. No caso da problematização do modelo quadripartite (p. 251), o aluno vai problematizar aquilo que ele não estudou e nem vai estudar? Pergunta similar pode ser feita em relação à divisão da história brasileira (Pré-colonial, Colônia, Reino, Império e República). A temporalidade, a nosso ver, deveria ser o eixo definidor da área. Embora sejam feitas referências laterais, ao dividir-se em assuntos estanques, como os “mundos brasileiros”, ou agregados como “mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros”, “mundos americanos” e “mundos europeus e asiáticos”, perde-se, em cada um deles, a


interação com os outros “mundos”, possível no “quadripartite francês”. A perda da referência histórico-temporal do 5º ao 9º ano, a partir de “conceitos”, além de se fazer à custa dos conteúdos de Pré-História, Antiguidade e História Medieval, apontam para o estabelecimento de relações superficiais e descontextualizadas. Outrossim, a quebra da abordagem temporal promove anacronismos, como os expostos nas páginas 252 e 253, nos quais conflitos entre poderes locais e central e movimentos misturam fatos da América Portuguesa com os do Brasil independente, referindo-se simploriamente ao “Brasil”.

- B) Há, principalmente na dita “dimensão política-cidadã”, uma perspectiva prescritiva do conhecimento histórico, insinuando uma nova “Moral e Cívica”, orientada pelo “aprendizado das virtudes éticas” (p. 241). Essa perspectiva é evidenciada pela profusão da valoração: valorizando, valorizar, valores, respeitar, promover, posicionar-se. E nela as demandas de grupos são evidentes e, sobretudo, postas não como objetos de investigação e reflexão. Assim, as várias formas de organização familiar implicam “respeitar e acolher”; a Abolição de 1888 relaciona-se à formação do movimento negro, que se iniciou 40 anos mais tarde; “movimentos sociais negros e quilombolas no Brasil contemporâneo” são o ponto de partida para o estudo das “trajetórias históricas dessas populações, do século XIX ao século XXI”.
- C) A referência central do documento é uma perspectiva “multi e transcultural” (p. 242) não consensual entre os historiadores e naturalizada. A partir dela, a Europa é entendida quase sempre como contraponto negativo, diante de uma profusão de “áfricas, américas e áσίας”, estas, aliás, bastante estereotipadas. A ênfase na história do Brasil carece de um aprofundamento significativo em sua articulação junto aos processos históricos globais, destacando-se ainda a necessidade de uma melhor delimitação dos processos históricos eleitos e a explicitação das temporalidades trabalhadas frente as diversas séries do ensino fundamental e médio. Já o destaque na “formação do povo brasileiro”, presente ao longo de todo o documento, tem sua

base e finalização junto ao ensino médio a partir de uma visão estreita do multiculturalismo, ao focar “mundos” específicos de alguns povos, especialmente os “ameríndios”, os “africanos” e os “afrobrasileiros”, fragmentando a história em muralhas identitárias étnico-raciais, alijando as coletividades de um contexto histórico mais amplo e complexo do qual elas necessariamente fazem parte.

Considerando o exposto concluímos pela rejeição do documento e a necessidade de um novo processo de elaboração da Base Curricular de História, que envolva e permita a participação do conjunto dos profissionais da área e, em especial, de suas entidades representativas.

Atenciosamente,



Coordenadora do Curso de História
Profª Drª Cássia Rita de Castro

Coordenadora do Curso de História
COHISUR